

A HEGEMONIA POLÍTICA NO BRASIL ATUAL

por Francisco Pereira de Farias*

Alguns analistas de esquerda sustentam a tese da hegemonia do capital financeiro internacional e a continuidade da política neoliberal no governo Lula. Não será a favor desta posição que argumentaremos aqui.

Podemos elencar várias medidas no atual governo que significam uma inflexão no padrão neoliberal existente na década de 1990. Primeiro, houve o bloqueio na desregulamentação do “sistema financeiro” no país. Hoje a maior lucratividade é dos bancos nacionais, ao contrário do período anterior em que o maior rendimento ficava nas mãos das filiais dos bancos estrangeiros. A proposta de autonomia do Banco Central, que interessa ao capital financeiro internacional, não foi implementada. Quanto ao perfil da dívida pública, a interna passou a ser superior à externa. Segundo, foi posto um freio à política de abertura comercial, simbolizado nas restrições ao projeto da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas), que é do interesse dos Estados Unidos. Terceiro, houve uma paralisação na agenda das privatizações: a Petrobrás e o Banco do Brasil foram preservados como empresas estatais. Quarto, impôs-se o bloqueio na desregulamentação das relações de trabalho, com o aumento do emprego de carteira assinada. Quinto, rompeu-se com o parâmetro de “Estado mínimo”, implicando uma retomada neodesenvolvimentista através do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento).

Quais são os principais interesses beneficiados com essa nova política governamental? Antes de responder a essa questão, temos de fazer um breve esclarecimento conceitual. Para a análise da relação da burguesia de um país com o capital estrangeiro, Nicos Poulantzas propôs a subdivisão da classe dominante em três frações de classe: a burguesia “compradora” (associada), a burguesia nacional e a burguesia interna. A burguesia associada, por se encontrar enfeudada no capital estrangeiro, apoia as diretrizes desse capital. Inversamente, a burguesia nacional, dispondo de uma base autóctone de acumulação, entra em

confronto com a política imperialista do capital internacional. Já a burguesia interna, cuja base de acumulação nativa mantém laços de dependência (financeira ou tecnológica) com o capital estrangeiro, possui uma postura intermediária: ora apoia a política do capital internacional, ora contrapõe-se a ela.¹

Voltando ao caso brasileiro. Poder-se-ia mostrar que os principais beneficiados com a política neodesenvolvimentista do governo atual são os bancos e a indústria nacionais e o agronegócio – em suma, a burguesia interna. São setores dominantes que têm conflitos com o capital financeiro internacional, mas que não estão dispostos a ir para uma postura de alianças com as classes trabalhadoras em torno de uma política anti-imperialista. Já a burguesia associada (filiais de bancos estrangeiros, comércio de importação/exportação, montadoras industriais) encontra uma expressão política de seus interesses na oposição à direita – PSDB e DEM – ao governo Lula.

O governo Lula se distingue de dois casos opostos na América Latina. De um lado, ele se separa à esquerda do caso do México, onde tem a hegemonia de uma burguesia associada que prioriza a integração com os Estados Unidos. De outro lado, o governo Lula fica à direita do governo da Venezuela, onde predomina uma burguesia nacional sustentando uma política anti-imperialista. O caso brasileiro se aproxima, por exemplo, da Argentina: em ambos os governos a hegemonia está nas mãos da burguesia interna; daí, o perfil de uma política externa moderada, porém não submissa.

¹Cf. N. Poulantzas, *As classes sociais no capitalismo de hoje*. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. Cap.: “A internacionalização das relações capitalistas e o Estado-nação”, p. 39-94.

* Professor no Departamento de Ciências Sociais da UFPI e doutorando em Ciências Política na UNICAMP.